



**RELATÓRIO E
CONTAS**

Individual

2016

PARTE I – RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei, designadamente quanto ao estabelecido no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, e com os Estatutos, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, da Reditus SGPS, S.A., relativos ao exercício de 2016.

1. Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Economia internacional

A economia mundial apresentou uma taxa de crescimento real historicamente baixa em 2016, refletindo os graves problemas de algumas economias emergentes (como o Brasil e a Rússia), a continuação do abrandamento da economia chinesa e a dificuldade sentida nas economias desenvolvidas em atingirem ritmos de crescimento com alguma expressão.

No Brasil e na Rússia, a manutenção de baixos preços do petróleo foi uma das razões para o mau desempenho que, por sua vez, se estendeu a outras economias muito dependentes das receitas de exploração petrolífera como é, nomeadamente o caso de Angola. Por outro lado, razões ligadas a problemas de natureza institucional e o alargamento de alguns desequilíbrios que já se vinham manifestando, acentuou a recessão nessas economias. A China manteve em 2016 a redução da taxa de crescimento já sentida em 2015, como reflexo da mudança do respetivo paradigma de crescimento, até aqui muito assente na dinâmica exportadora.

Na Zona Euro a despeito da melhor performance no segundo semestre, o BCE tem mantido os estímulos monetários. Já nos Estados Unidos, a reversão da política monetária de expansionista para contracionista, revelando o sucesso na criação de emprego que tem sido registado, teve o seu início e deverá ser continuada e acentuada em 2017.

Economia portuguesa

O ano de 2016 teve duas partes distintas: abrandamento do crescimento económico no primeiro semestre e uma clara recuperação no segundo. No primeiro semestre, o PIB apresentou um crescimento moderado de 0,9 por cento face ao período homólogo, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. O abrandamento da atividade em termos homólogos resultou de menores contributos positivos da procura interna e das exportações. O menor dinamismo da procura interna em termos homólogos refletiu essencialmente a diminuição do investimento, verificando-se uma redução de 2,7 por cento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) no primeiro semestre de 2016 (+4,5 por cento em 2015). A evolução deste agregado é explicada, em larga medida, pelas quedas registadas na FBCF em construção e na FBCF em máquinas e equipamentos. Por seu turno, o crescimento mais moderado das exportações no primeiro semestre de 2016 refletiu a evolução negativa das exportações de combustíveis, cujo conteúdo importado é bastante significativo (cerca de

95 por cento). Em menor grau, registou-se também uma redução das exportações de serviços excluindo turismo. No primeiro semestre de 2016, a situação no mercado de trabalho continuou a melhorar, observando-se uma redução da taxa de desemprego (de -1,2 pontos percentuais (p.p.) face ao semestre homólogo) e um aumento do emprego total.

Já no terceiro trimestre assistiu-se a uma forte aceleração da atividade económica tendo crescido 1,6 por cento face ao período homólogo e 0,8 por cento face ao trimestre anterior refletindo, em termos homólogos, uma aceleração das exportações e um crescimento ligeiramente maior da procura interna. Este crescimento manteve-se no quarto trimestre do ano, tendo a economia apresentado um crescimento global homólogo de mais de 1,2%. A redução do desemprego manteve-se ao longo de todo o ano.

1.2. Enquadramento Setorial

O mercado português de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)

De acordo com a International Data Corporation (IDC), no plano nacional o investimento em tecnologias de informação deverá atingir os 3,6 mil milhões de euros, em 2017, um crescimento de 0,9% face a 2016, segundo a IDC.

Este crescimento, no entanto, não será uniforme em todas as áreas tecnológicas esperando-se um maior crescimento nas tecnologias associadas à terceira plataforma (cloud, mobilidade, *social business* e big data). Neste segmento de tecnologias espera-se um crescimento de 11,5% durante 2017. Por outro lado as tecnologias de segunda plataforma deverão cair 3%.

Num outro segmento tecnológico, as tecnologias associadas aos novos "aceleradores de inovação", onde a IDC inclui soluções de IoT, Robótica, Impressão 3D, entre outras, deverá crescer 25,4% em 2017.

Derivado de uma recente alteração legislativa europeia, que deverá entrar em vigor em 2018, neste ano, a preocupação de 75% dos *Chief Information Officer's* (CIO) das 500 maiores organizações nacionais vai incidir sobre o tema do *real gross domestic product* (RGDP).

De acordo com este analista, as tecnologias associadas aos novos "aceleradores de inovação", serão responsáveis pelo impulso dado ao mercado de TI que fará com que este apresente ritmos de crescimentos médios de 4,8% até 2020. Ainda de acordo com a IDC, em 2020, a terceira plataforma e os aceleradores de inovação representarão 52% da despesa com tecnologia em Portugal, pelo que 25% das 500 maiores organizações portuguesas irão centrar a sua estratégia de diferenciação competitiva através da transformação digital.

Este processo de transformação das organizações irá por seu lado abrir outras oportunidades para os fornecedores de TI, nomeadamente ao nível das estratégias de *governance*, segurança, privacidade, agilidade (DevOps) e contratação na terceira plataforma. Em 2019, mais de 50% das maiores empresas portuguesas terão uma equipa dedicada a transformação digital, e mais de metade das organizações apostará no Canal para a distribuição e integração de serviços de grandes fornecedores, com mais de 50% das receitas a serem provenientes de Parceiros.

Tecnologias estratégicas para 2017

Embora em termos tecnológicos o mundo seja cada vez mais global a adoção das tecnologias continua a ser bastante assimétrica, havendo *delays* significativos de acordo com a maturidade dos mercados e capacidade de investimentos das Organizações. A nível internacional a Gartner considera que outro tipo de tecnologias terá um potencial disruptivo, quer em termos do mercado mundial de TI, quer em termos do seu impacto no processo de inovação dos sectores.

Segundo a Gartner, estas tecnologias são a base da “malha digital inteligente” e podem ser classificadas em 3 grandes grupos, nomeadamente:

- As três primeiras focam na inteligência em toda a parte, o modo como as tecnologias de *data science* estão a evoluir e a incluir *machine learning* avançado e inteligência artificial, permitindo a criação de sistemas de inteligência física e *software-based*, programados para aprender e adaptarem-se:
 - Inteligência Artificial e *Machine Learning*;
 - *Apps* “Inteligentes”;
 - “Coisas” inteligentes.
- As três seguintes centram-se no mundo digital e em como as dimensões físicas e digitais se estão a mesclar:
 - Realidade virtual;
 - Realidade aumentada;
 - *Digital Twin*.
- As quatro últimas tendências centram-se na interligação de plataformas e serviços necessários para entregar uma malha digital inteligente:
 - Sistemas conversacionais;
 - Malha de aplicações e arquitetura de serviços;
 - Plataformas tecnológicas digitais;
 - Arquitetura adaptativa de segurança.

O mercado português de *Call Centers*

De acordo com o estudo “Sector Portugal - *Call Centers*” publicado pela Informa DBK, o mercado português de *Call Centers* manteve a tendência de subida da faturação com um valor a rondar os 530 milhões de euros, o que representa um aumento de 3,5% face ao ano anterior. Não obstante, se ter registado um menor crescimento do sector em comparação com anos anteriores, em que se registaram crescimentos de 2 dígitos.

Para este crescimento contribuiu também o aumento dos serviços a clientes no estrangeiro, aproveitando os menores custos laborais existentes em Portugal.

Em 2016 esta tendência deverá ter-se mantido, mas a um ritmo um pouco mais baixo, cerca de 2% e para o biénio 2017-2018 espera-se um crescimento médio anual de 3%, o que resultará num volume de negócios, em 2018, a rondar os 575 milhões de euros.

A receção de chamadas constitui o principal motor de crescimento do sector. A faturação neste segmento representa mais de 65% do total do sector, representando um volume de

negócios de 347 milhões de euros. A emissão de chamadas, por seu lado, representa cerca de 20% do total do sector, cabendo o resto a outros serviços, os quais têm tido uma tendência de crescimento de quota de mercado.

Por segmentos de atividade destacam-se os sectores de Telecomunicações e Media como os principais segmentos de procura, tendo representado, em 2015, 57% da procura.

O aumento de determinadas despesas e a concorrência bastante agressiva refletiram-se nas margens praticadas e impediram uma melhoria significativa da rentabilidade do sector. No entanto, e apesar da rivalidade, o aumento das vendas, juntamente com os esforços para a contenção de custos e flexibilização das estruturas, permitem antecipar um crescimento moderado das margens das maiores empresas.

O mercado de *call center* Português apresenta um potencial de desenvolvimento considerável por via da tendência de externalização de processos por parte das empresas e organismos públicos portugueses, como forma de reduzir gastos, flexibilizar estruturas de custos e aumentar a qualidade do serviço.

A expansão da oferta de serviços, a melhoria dos canais de comunicação alternativos, especialmente o e-mail e redes sociais, e a incorporação de inovações tecnológicas encontram-se entre as principais tendências que irão moldar a atividade das empresas do sector a curto e médio prazo.

2. Perspetiva Geral dos Negócios

Com uma forte presença nacional e internacional, a Reditus disponibiliza serviços e soluções em três áreas, *IT Consulting*, *IT Outsourcing* e BPO.

2.1. *IT Consulting*

A área de *IT Consulting* integra os segmentos de Desenvolvimento Aplicacional e Integração e *Outsourcing* Especializado.

Desenvolvimento Aplicacional e Integração

Os temas associados à transformação digital das organizações continuam na agenda das entidades que encontraram nestas iniciativas a oportunidade de responder a desafios críticos de negócio. A nomeada 3ª plataforma como a *Cloud, Mobile, Social, Big Data, Internet of Things* ou soluções de desenvolvimento *Agile*, estiveram nos objetivos de algumas organizações.

Durante o ano de 2016, o mercado empresarial manteve a necessidade de otimizar e flexibilizar os seus processos para responder mais rapidamente às novas solicitações dos negócios. Tendo em atenção esta necessidade do mercado, a Reditus reestruturou a sua oferta de Desenvolvimento Aplicacional e Integração, nomeadamente a oferta de soluções de Desenvolvimento, Gestão e Manutenção e Integração de Soluções Aplicacionais e Analíticas.

Desta forma e para 2017, consubstancia-se o reforço em termos do posicionamento no mercado, de forma a ser apresentada uma oferta completa de Soluções Aplicacionais Reditus.

Neste pressuposto, o posicionamento para as Soluções Aplicacionais Reditus, passará pela aposta em quatro áreas específicas:

- *Enterprise Content Management*
- *Analytics & Big Data*
- *Customer Engagement*
- *Business Solutions*

A área de *IT Consulting* procurará, desta forma apresentar ao mercado uma oferta completa de Soluções Aplicacionais Reditus e posicionar a oferta como soluções que endereçam objetivamente as necessidades dos Clientes.

A Reditus irá, igualmente, continuar a reforçar o seu posicionamento no desenvolvimento em plataformas ágeis, assim como em soluções de mobilidade, *analytics* e *cloud computing*, tentando explorar a sua capacidade de inovação e as oportunidades de desenvolvimento e manutenção aplicacional em *nearshore*.

Outsourcing Especializado

O Outsourcing Especializado, é, na atual conjuntura económica e numa perspetiva de redução de custos operacionais das empresas, uma área com previsão de grande crescimento futuro – já o é presentemente.

O mercado de *Outsourcing* Especializado tem como base os desafios impostos por uma economia global cada vez mais competitiva, onde a disponibilização de profissionais de TI, altamente qualificados e em regime de Outsourcing, promove a flexibilidade e o incremento de qualidade necessários para que os desafios, cada vez mais exigentes, que as TI colocam às Organizações possam ser ultrapassados com sucesso.

Nestes pressupostos o endereçamento de uma oferta de *skills* cada vez mais qualificados, traz evidentes benefícios quer em termos de faturação, crescimento do negócio, mas acima de tudo, presença reforçada no Cliente com uma maior fidelização do mesmo e dos benefícios que daí advêm.

É com base neste enquadramento, que a Reditus tem vindo a desenvolver a sua prestação de serviços a empresas de, praticamente, todos os sectores de atividade.

Podemos considerar que 2016 foi um ano globalmente positivo, tendo a Reditus reforçado a sua carteira de clientes nesta área de negócio, com um volume de consultores que nos coloca como um dos *players* incontornáveis neste sector.

O aumento da procura por Portugal por parte de empresas multinacionais para a instalação de centros de serviços partilhados muito tem contribuído para o aumento de oportunidades nesse segmento de negócio. Apesar de esta tendência ser vista como uma enorme oportunidade pela Reditus, tendo em desenvolvimento um conjunto de iniciativas que visam

reforçar, ainda mais, a oferta de Outsourcing Especializado, a escassez de profissionais qualificados representa um fator inibidor do desenvolvimento de iniciativas.

Tal como nos anos anteriores, consciente desta dificuldade, a Reditus tem desenvolvido e continuará a desenvolver academias de conhecimento e protocolos com fabricantes, clientes e universidades para acelerar a formação de consultores nas tecnologias onde existe maior escassez de recursos.

A principal aposta da Reditus para este segmento, em linha com a estratégia do Grupo, passa pelo crescimento orgânico no mercado Nacional e Internacional, quer seja, através da base instalada, quer seja através da conquista de novos clientes.

2.2. IT Outsourcing

O segmento de Infraestruturas de TI da Reditus oferece ao mercado soluções compostas por serviços e projetos focados em infraestruturas de Tecnologias de Informação. Os serviços incluem a gestão, administração e suporte de plataformas tecnológicas, numa lógica de contrato de responsabilidade ou de *outsourcing* funcional.

No decorrer de 2016, a unidade de IT *Services* da Reditus deu continuidade ao reforço das suas competências e das relações de parceria, para sustentação da oferta de serviços e de soluções adequadas aos requisitos do mercado.

Para 2017, as áreas de Infraestrutura de TI consideradas estratégicas, não só pelo potencial de crescimento que cada uma representa, mas principalmente pelo potencial de negócio que podem trazer às restantes áreas de foco, são:

- Infraestrutura Física;
- Gestão de Sistemas;
- Hiper-Convergência;
- Soluções Cloud.

A Reditus investiu no reforço das suas equipas de engenharia e operação e lançou ofertas que vão ao encontro dos desafios prioritários das empresas dos vários sectores de atividade, nomeadamente nas áreas de gestão de TI, serviços geridos, segurança de informação, continuidade de negócio, *storage* e *networking*.

Numa perspetiva de fornecimento de soluções globais e o endereçamento de determinados segmentos de mercado (e.g. PME's), a oferta de infraestrutura física manterá a sua importância para a área de IT *Services*. A comercialização de infraestrutura física potencia a comercialização de serviços Reditus de implementação, *upgrade* e migração, fatores importantes para a manutenção de índices altos de alocação dos elementos da equipa de engenharia, ao mesmo tempo que impacta positivamente a oferta de Contratos de Assistência e Manutenção, quer na vertente de hardware quer de software.

Paralelamente, com o crescimento da competitividade na área empresarial, existe uma grande preocupação nas empresas na monitorização e manutenção da “saúde” dos seus sistemas

tecnológicos críticos para o negócio. Assim sendo, a Reditus continuará a investir no desenvolvimento de serviços de:

- Monitorização de Infraestrutura Tecnológica;
- *Asset Management* (Gestão de Ativos);
- Administração de Sistemas.

Outra área de aposta será a otimização de custos de infraestrutura, possibilitando a consolidação dos diferentes componentes numa plataforma de TI gerida centralmente. As soluções de Hiper-convergência terão um papel fundamental neste tipo de conjuntura e o foco neste tipo de soluções possibilitará à área de *IT Services* dar suporte às principais infraestruturas (*Datacenter*) críticas dos nossos clientes e potenciar a venda de serviços.

No atual paradigma das TIs, as Soluções de *Cloud* são uma área com um potencial de crescimento relevante. Ao reforçar esta sua área de foco, a Reditus aposta na fidelização dos seus clientes e na potenciação do cross-selling com duas outras áreas da oferta: a segurança perimétrica e as soluções de mobilidade, dado serem áreas intimamente relacionadas com as soluções de *Cloud*.

2.3. BPO

A área de BPO da Reditus é composta pelas competências não tecnológicas do Grupo, nomeadamente de BPO, *Contact Center* e *Shared Services*.

Com experiência acumulada de mais de 15 anos, sobretudo no sector financeiro, segurador e telecomunicações, a Reditus foi precursora em Portugal na prestação de serviços neste modelo, tendo vindo a desempenhar um papel vital na divulgação nacional e internacional do sector.

No Q1 2016 o modelo de gestão da unidade foi simplificado, focando-se nas pessoas, Clientes e Assistentes, nos processos e na tecnologia. A fusão da gestão dos serviços de BPO, *front* e *back office*, permitiu aumentar os níveis de eficiência e excelência operacional, ao mesmo tempo que permitiu melhorar a rentabilidade dos projetos.

No Q3, com o RedOps a Reditus volta a inovar, oferecendo uma ferramenta integrada multiplataforma para controlo 360º das operações, nas visões Cliente e operacional, agregando serviços de BPO e *Contact Center*. As visões *real time* e o módulo de *business analysis*, tornaram simples e transparente o acompanhamento das operações em outsourcing.

A manutenção da aposta no nearshoring continua a dar os seus frutos, com projetos em desenvolvimento que atingirão num futuro próximo uma dimensão significativa na unidade.

A inovação nos processos, recorrendo também a soluções tecnológicas próprias permite uma oferta diferenciada no mercado, com uma flexibilidade de adaptação às necessidades dos nossos Clientes amplamente reconhecida e identificada nos inquéritos de satisfação realizados.

O foco nas pessoas, mantendo a política de contratação direta, e modelos atrativos de meritocracia, tem permitido reter o *know-how* desenvolvido, num clima de paz social que se

deve relevar, num sector em grande transformação. A constante aposta da evolução dos recursos dentro de *Client Services* e no Grupo representa uma oportunidade diferenciadora para os nossos colaboradores.

A aposta no *outsourcing* de serviços de BPO deverá continuar a atrair um maior número de organizações, aproveitando a maturidade do mercado em Portugal conjugado com a necessidade constante de foco no negócio core, aposta na eficiência e Qualidade dos serviços disponibilizados aos Clientes finais. A visão de escolha apenas por preço unitário mais baixo está a deixar de ser uma prioridade para as organizações mais avançadas em processos de BPO, procurando cada vez mais parceiros com a capacidade de inovação e controlo sobre os processos de A a Z, dispostos a assumir riscos operacionais, recebendo em troca valores mais justos pelos serviços oferecidos.

Em 2017 vamos continuar a apostar nas pessoas, processos e tecnologia, acompanhando na linha da frente as novas tendências de automatização de processos por via da robotização, implementação de algoritmos self-learning, entre outros, acreditando que as pessoas continuam a ser o principal fator diferenciador dos serviços que oferecemos aos nossos Clientes.

3. Principais Indicadores Financeiros

A Reditus SGPS obteve em 2016 cerca de 812.242 euros de Prestações de serviços, 6.199.867 de euros de Perdas imputados de subsidiárias, um EBITDA negativo de 6.157.204 euros e um Resultado Líquido negativo de 7.880.518 euros.

A redução do EBITDA resultante da aplicação do MEP, resulta essencialmente da alteração ao SNC relacionada com a amortização do Goodwill que levou a Reditus Gestão, S.A. a reconhecer um gasto de 6 037 255 euros.

4. Perspetivas para 2017

A atividade da Reditus SGPS continuará centrada no apoio à gestão das empresas em cujo capital atualmente participa, direta ou indiretamente, refletindo nessa ação as orientações estratégicas definidas para todo o Grupo Reditus.

5. Aplicação de Resultados

Tendo o exercício de 2016 encerrado com um resultado líquido negativo de 7.880.518 euros, o Conselho de Administração propõe que:

- O valor de 7.880.518 euros seja transferido para Resultados Transitados.

6. Outras informações

O acontecimento mais relevante ocorrido no último trimestre de 2016 no Grupo Reditus foi a venda da sua participada Roff, inserida na área de negócio da tecnologia SAP, ao Grupo francês GFI Informatique.

No dia 4 de novembro, a Reditus, SGPS, S.A. através da Reditus Gestão, S.A., sociedade com a qual se encontra em relação de domínio, concluiu nessa data um acordo com a sociedade francesa GFI Informatique, e com a GFI Portugal Tecnologias de Informação, S.A., nos termos do qual alienou a esta última ações representativas de 100% do capital social da ROFF – Consultores Independentes, S.A.

Esta alienação insere-se no reposicionamento estratégico do Grupo Reditus, permitindo concentrar a sua atividade no *core business* e acelerar o processo de reestruturação interna (operacional e financeira) bem como, criar as condições para a concretização do seu plano de negócios, assente no desenvolvimento das suas atividades nos mercados internos e externos.

O impacto desta alienação foi negativo em cerca de 130 000 euros, resultante do desreconhecimento do Goodwill.

7. Declaração de Conformidade

De acordo com o disposto no artigo 245.º, n.º1 alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Sociedade declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão, das contas anuais, da Certificação Legal de Contas e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação. Mais declaram que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

8. Agradecimentos

Salientamos a confiança depositada pelos Clientes nas sociedades do Grupo Reditus, o empenho dos nossos Colaboradores na prossecução dos objetivos a que nos propusemos, bem como o apoio qualificado do Conselho Fiscal, do Conselho de Estratégia, das Comissões Especializadas, dos Bancos, Auditores e dos outros parceiros de negócios, alicerçando a sustentabilidade do futuro do Grupo Reditus.

Alfragide, 30 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos - Presidente

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral - Administrador

Eng. José António da Costa Limão Gatta – Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira - Administrador

PARTE II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REDITUS - SGPS, SA.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7.800	7.800
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	58.029.867	65.855.889
Ativos por impostos diferidos	8	561.269	277.593
Total do ativo não corrente		58.598.935	66.141.283
ATIVO CORRENTE:			
Clientes	9	277.654	701.278
Estado e outros entes públicos	16	736.525	336.404
Outros créditos a receber	9	34.824.192	48.766.862
Diferimentos	10	15.257	9.335
Ativos financeiros detidos para negociação	11	37.842	129.585
Caixa e depósitos bancários	4	79.952	34.670
Total do ativo corrente		35.971.421	49.978.135
Total do ativo		94.570.357	116.119.418
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	12	73.193.455	73.193.455
Ações (quotas) próprias	12	(1.426.438)	(1.426.438)
Prémios de emissão	12	9.952.762	9.952.762
Reservas legais	12	2.086.160	2.079.485
Outras reservas	12	1.522.269	1.522.269
Resultados transitados	12	(12.438.413)	(12.465.114)
Ajustamentos/Outras variações no Capital Próprio	12	(28.243.182)	(25.625.669)
Excedentes de revalorização		5.939	5.939
Outras variações no capital próprio			-
		44.652.552	47.236.689
Resultado líquido do período		(7.880.518)	33.376
Total do capital próprio		36.772.033	47.270.064
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	13	1.228.636	237.279
Estado e outros entes públicos	16	2.392.287	412.720
Financiamentos obtidos	14	21.914.967	22.473.649
Outras dívidas a pagar	15	1.860	31.196
Total do passivo não corrente		25.537.750	23.154.844
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	14	1.838.997	2.562.618
Estado e outros entes públicos	16	706.010	3.843.865
Financiamentos obtidos	14	29.092.914	38.482.157
Outras dívidas a pagar	15	612.432	805.870
Diferimentos	10	10.221	-
Total do passivo corrente		32.260.573	45.694.510
Total do passivo		57.798.324	68.849.354
Total do capital próprio e do passivo		94.570.357	116.119.418

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de dezembro 2016	31 de dezembro 2015
Vendas e serviços prestados	17	812.242	880.032
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	(6.199.867)	1.008.172
Fornecimentos e serviços externos	18	(702.248)	(695.313)
Gastos com o pessoal	19	(29.500)	(29.547)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Outros rendimentos	21	267.463	152.257
Outros gastos	22	(305.294)	(116.398)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.157.204)	1.199.203
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	20		(39.701)
		(6.157.204)	1.159.502
Juros e rendimentos similares obtidos	23	156.422	
Juros e gastos similares suportados	23	(2.017.077)	(1.346.726)
Resultado antes de impostos		(8.017.859)	(187.223)
Imposto sobre o rendimento do período	8	137.340	220.599
Resultado líquido do período		(7.880.518)	33.376
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por ação básico		(0,867)	0,004

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2016

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.079.485	1.522.269	(12.465.114)	(25.625.669)	5.939	33.376,02	47.270.064
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício					6.675	-	26.701			(33.376)	0,00
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Outras variações Capitais Próprios											-
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											-
Outras variações Capitais Próprios								(2.617.513)			-
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											-
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(12.438.413)	(28.243.182)	5.939	-	47.270.064
Resultado líquido do período										(7.880.518)	(7.880.518)
Resultado Integral										(7.880.518)	39.389.546
Posição no fim do período 2016		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.086.160	1.522.269	(12.438.413)	(28.243.182)	5.939	(7.880.518)	36.772.033

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS - SGPS, SA.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL NO PERÍODO 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2015	12	73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.070.034	1.522.269	(12.644.682)	(25.534.532)	5.939	189.020	47.327.827
Alterações no período:											
Aplicação do Resultado Líquido do Exercício					9.451		179.569			(189.020)	0
Efeito de aquisição / alienação de participadas											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:											-
		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.079.485	1.522.269	(12.465.113)	(25.625.669)	5.939	0	47.236.690
Resultado líquido do período										33.376	33.376
Resultado Integral										33.376	47.270.065
Operações com detentores de capital no período											
Realizações de capital											-
Outras operações											-
Posição no fim do período 2015		73.193.455	(1.426.438)	9.952.762	2.079.485	1.522.269	(12.465.114)	(25.625.669)	5.939	33.376	47.270.064

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

REDITUS, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		2.334.657	465
Pagamentos a fornecedores		(2.633.184)	(512.615)
Pagamentos ao pessoal		(24.924)	(37.428)
		(323.451)	(549.578)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	
Outros recebimentos / pagamentos		(1.240.979)	(162.061)
		(1.564.430)	(711.639)
Fluxos das atividades operacionais [1]			
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	1		
Outros ativos		-	(5.060.153)
		1	(5.060.153)
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		-	3.285.804
Dividendos		-	3.285.804
		-	3.285.804
Fluxos das atividades de investimento [2]		1	(1.774.349)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	17.638.460
Financiamentos obtidos Grupo		15.206.813	
Cobertura de prejuízos		-	
Doações		-	
Outras operações de financiamento		-	
		15.206.813	17.638.460
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(550.500)	(14.099.276)
Financiamentos obtidos Grupo		(10.862.432)	
Juros e gastos similares		(669.818)	(1.286.631)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	(379.244)
		(12.082.750)	(15.765.151)
Fluxos das atividades de financiamento [3]		3.124.062	1.873.308
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		1.559.633	(612.680)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		(1.479.808)	(867.128)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		79.825	(1.479.808)

O anexo faz parte integrante destas Demonstrações Financeiras

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 Nota Introdutória

A REDITUS Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. é uma sociedade anónima, constituída em 1966 e com sede social em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 125 loja 2 1050-052.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2017. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis em Portugal às empresas que estão sujeitas ao Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o conjunto das normas contabilísticas de relato financeiro (NCRF), previstas pelo sistema de normalização contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso nº8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelo das demonstrações financeiras);
- Portaria nº 2018/2015, de 23 de julho (Código de contas);
- Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas).

A Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as

respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2016 e de 2015 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-6
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	10-20

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis, compreendem essencialmente despesas com patentes, *software* (sempre que este é separável do hardware e esteja associado a projetos em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros), licenças e outros direitos de uso. Também incluem as despesas de desenvolvimento dos projetos de I&D sempre que se demonstre a intenção e a capacidade técnica para completar esse desenvolvimento, a fim de o mesmo estar disponível para comercialização ou uso. As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.3 Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é

registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.4 Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo ou que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das Empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos/ outras variações no Capital Próprio”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em Empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão.

Os dividendos recebidos de Empresas subsidiárias e associadas são registados como uma diminuição do valor das “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”.

3.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que

seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outros créditos a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem contas a receber por serviços prestados pela Empresa. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelos respetivos valores nominais, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade dos créditos a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Os outros créditos a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados ao custo ou ao custo amortizado. O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. São expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e, contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar”.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As outras dívidas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a Empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.6 Resultados por Ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.7 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia-geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”, quando aplicável.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.9 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos

ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação.

3.10 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços e juros decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

O rédito relativo à prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que as condições do seu reconhecimento, acima enumeradas, sejam satisfeitas e a fase de acabamento da transação/ serviço possa ser razoavelmente estimada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.11 Impostos

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes

diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.12 Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outros créditos a receber” e “Outras dividas a pagar”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) **Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis**

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil

estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade de clientes e outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outros créditos a receber.

(iii) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A 31 de dezembro de 2016 e 2015 o detalhe de caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte decomposição:

	2016	2015
Numerário		
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	79.952	34.670
	<u>79.952</u>	<u>34.670</u>
Descobertos bancários (Nota 14)	127	(1.514.478)
Caixa e seus equivalentes (Demonstração Fluxos Caixa)	<u>79.825</u>	<u>(1.479.808)</u>

5 Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2016							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
Ativos								
Saldo inicial			15.961	363.022	322.446	3.135		704.563
Aquisições								-
Alienações								-
Outras variações								-
Saldo final			<u>15.961</u>	<u>363.022</u>	<u>322.446</u>	<u>3.135</u>		<u>704.563</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.961	363.022	317.046	735		696.763
Depreciações do exercício								-
Alienações								-
Abates								-
Outras variações								-
Saldo final			<u>15.961</u>	<u>363.022</u>	<u>317.046</u>	<u>735</u>		<u>696.763</u>
Ativos líquidos						<u>5.400</u>	<u>2.400</u>	<u>7.800</u>

	2015							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	
Activos								
Saldo inicial			15.960	363.022	322.446		3.135	704.563
Aquisições								
Alienações								-
Outras variações								
Saldo final			15.960	363.022	322.446		3.135	704.563
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial			15.801	323.488	317.046		727	657.062
Depreciações do exercício			158	39.534			8	39.701
Alienações								-
Abates								
Outras variações								
Saldo final			15.960	363.022	317.046		735	696.763
Activos líquidos			0	0	5.401		2.400	7.800

Os ativos fixos tangíveis que permanecem com valor líquido positivo respeitam a obras de arte, as quais não sofrem depreciação.

6 Locações

Locações financeiras

Os bens detidos em regime de locação financeira são detalhados conforme segue:

	2016			2015
	Custo de aquisição	Deprec./ perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	214.332	214.332	0	-
	214.332	214.332	0	-

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos	
	2016	2015
Até 1 ano	31.942	35.320
Entre 1 ano e 5 anos	1.860	31.194
A mais de 5 anos		
	33.802	66.514
Efeito financeiro do desconto		
Valor presente dos pagamentos mínimos	33.802	66.514

Locações operacionais:

Os gastos ocorridos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme segue:

	Gasto do período	
	2016	2015
Pagamentos mínimos	218.487	169.964
	<u>218.487</u>	<u>169.964</u>

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	2016	2015
Até 1 ano	-	102.803
Entre 1 ano e 5 anos	-	127.678
A mais de 5 anos	-	-
	<u>0</u>	<u>230.481</u>

7 Participações Financeiras

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	Sede	2016							
		Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	8.468.709	9.446.327	(977.618)	307.896	(715.258)	100%	(715.258)	-
Reditus Gestão (valores ajustados)	Lisboa	122.225.327	61.195.460	58.029.867	199.821	(5.268.674)	100%	(5.268.674)	58.029.867
Tora	Lisboa	3.403.565	3.654.583	(35.083)	481.014	(215.935)	100%	(215.935)	-
								<u>(6.199.866)</u>	<u>58.029.867</u>

	Sede	2015							
		Ativo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante registado
Empresas subsidiárias:									
Reditus Imobiliária	Lisboa	9.826.383	10.028.580	(202.196)	356.683	(318.570)	100%	(318.570)	-
Reditus Gestão	Lisboa	139.322.074	73.466.184	65.855.889	2.186.654	1.200.396	100%	1.200.396	65.855.889
Tora	Lisboa	7.292.075	7.327.157	(35.083)	962.003	126.346	100%	126.346	-
								<u>1.008.172</u>	<u>65.855.889</u>

A Reditus tem provisão constituída para fazer face aos capitais próprios negativos da Tora e da Reditus Imobiliária (nota 13).

Os investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial, foram consideradas as demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015.

8 Impostos Sobre o Rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme segue:

GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	21.470	(15.742)
Ajustamentos a impostos correntes de períodos anteriores		
Perda fiscal ou crédito de imposto de períodos anteriores		
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correcções de erros registados em resultados		
	<u>21.470</u>	<u>(15.742)</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(158.810)	236.341
Alterações na taxa de tributação e lançamento de novos impostos		
Montantes reclassificados de rubricas do capital próprio		
Diminuição/aumento de impostos diferidos em resultado da avaliação da sua realização		
	<u>(158.810)</u>	<u>236.341</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u>(137.340)</u>	<u>220.599</u>

RECONCILIAÇÃO IMPOSTO CORRENTE

	2016	2015
Resultado antes de impostos	(8.017.859)	(187.223)
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa	(1.683.750)	(39.317)
Diferenças permanentes:		
Tributação autónoma	21.470	15.742
Multas, coimas, juros compensatórios	13.593	28.072
Correcções relativas ao exercício anterior	35.609	2.060
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento	165.880	-
Outros	7.887	10.794
Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	1.301.972	(211.716)
Diferenças temporárias:		
Reporte de prejuízos fiscais	-	414.964
Alteração da taxa de imposto		
Retenções Fonte	(137.340)	220.599
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	(137.340)	220.599
Gasto com impostos sobre o rendimento	(137.340)	220.599

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

	2016		2015	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Prejuízos fiscais reportáveis	283.676			
Outros	277.593	-	277.593	-
Saldo final	561.269		277.593	

Os ativos por impostos diferidos em 2015 referem-se a perdas por justo valor de títulos e aplicações financeiras.

Em 2016, para além desses ativos por impostos diferidos, foram ainda reconhecidos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis.

9 Ativos Financeiros

Cientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os créditos a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes a)	277.654		277.654	701.278		701.278
	277.654	-	277.654	701.278	-	701.278
Outros créditos a receber						
Pessoal b)	1.792.389	(1.774.188)	18.201	1.792.629	(1.774.188)	18.441
Deved. Poracréc. Rendimentos c)	1.120.084		1.120.084	1.533.032		1.533.032
Outros Devedores d)	33.685.907		33.685.907	47.320.360	(104.971)	47.215.389
	36.598.380	(1.774.188)	34.824.192	50.646.022	(1.879.160)	48.766.862
	36.876.034	(1.774.188)	35.101.846	51.347.300	(1.879.160)	49.468.140

- Os saldos de clientes respeitam essencialmente a valores a receber das Empresas do Grupo Reditus;
- Em 2014, a Empresa procedeu ao reforço da imparidade de valores a receber do pessoal, para fazer face a eventuais perdas decorrentes de saldos não recuperáveis;
- Os devedores por acréscimo de rendimentos referem-se aos management fees a ser faturados em 2017 a Empresas do Grupo;
- A rubrica de outros devedores inclui essencialmente os créditos concedidos a empresas do grupo.

10 Diferimentos

Diferimentos ativos

O valor dos diferimentos em 2016 e 2015 respeita a gastos diferidos com seguros faturados pelas seguradoras.

Diferimentos passivos

O valor dos diferimentos em 2016 respeita a rendimentos diferidos com seguros de responsabilidade civil.

11 Ativos Financeiros Detidos para Negociação

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Acções Millenniumbcp	1.607.173	1.607.174
Imparidade	(1.569.331)	(1.477.589)
	<u>37.842</u>	<u>129.585</u>

As 35.333 ações detidas do BCP encontram-se valorizadas ao justo valor de 1,0710 euros.

12 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Capital		
Valor nominal	73.193.455	73.193.455
Reservas Legais	2.086.160	2.079.485
Outras Reservas	1.522.269	1.522.269
Resultados Transitados	(12.438.413)	(12.465.114)
Ajustamentos activos financeiros	(28.243.182)	(25.625.669)
Excedentes de revalorização	<u>5.939</u>	<u>5.939</u>
Acções/quotas próprias	<u>(1.426.438)</u>	<u>(1.426.438)</u>
Prémios / descontos	<u>9.952.762</u>	<u>9.952.762</u>
	<u>44.652.552</u>	<u>47.236.689</u>

Capital Social

O capital social era de 73.193.455€ representado por 14.638.691 ações ao portador de valor nominal de 5 euros cada, que se encontravam em 31 de Dezembro de 2016 cotadas no mercado oficial da Euronext Lisboa.

Ações Próprias

Em 31 de dezembro de 2016, a Reditus SGPS detinha em carteira 255.184 ações próprias, representativas de 1,74% do capital social.

Reserva Legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2016 a reserva legal ascendia a 2.086.160 euros.

Ajustamento de Ativos Financeiros

A variação dos ajustamentos de ativos financeiros decorre nas variações dos capitais próprios das participadas.

Prémios de Emissão

Os prémios de emissão a 31 de dezembro de 2016 ascendiam a 9.952.762 euros.

13 Provisões e Perdas de Imparidades

Durante o exercício de 2016 e 2015, os movimentos de perdas por imparidades são como de seguida se apresenta:

	2016	2015
Aplicação do MEP (Tora)	251.017	35.083
Aplicação do MEP (Reditus Imobiliária)	977.618	202.196
	<u>1.228.636</u>	<u>237.279</u>

14 Passivos Financeiros

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “fornecedores” e de “outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	1.796.503	2.540.290
Fornecedores, títulos a pagar	42.449	22.284
Fornecedores, fact. em recepção e conferência	45	44
	<u>1.838.997</u>	<u>2.562.618</u>

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme segue:

	2016		2015	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:				
Empréstimos bancários:				
Instituições de Crédito	729.533	21.914.967	721.351	22.473.649
	<u>729.533</u>	<u>21.914.967</u>	<u>721.351</u>	<u>22.473.649</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Descobertos bancários	127		1.514.478	
Conta Corrente caucionada				
	<u>127</u>	<u>-</u>	<u>1.514.478</u>	<u>-</u>
Total instituições financeiras	<u>729.659</u>	<u>21.914.967</u>	<u>2.235.829</u>	<u>22.473.649</u>
Outros empréstimos obtidos:				
Reditus B. Solutions	1.225.689		20.958.355	
All2it	-		12.407.310	
Ogimatech	-		2.880.662	
RBP	27.116.566		-	
SolidNetworks	20.999		-	
Total outras entidades	<u>28.363.254</u>	<u>0</u>	<u>36.246.327</u>	<u>0</u>
	<u>29.092.914</u>	<u>21.914.967</u>	<u>38.482.156</u>	<u>22.473.649</u>

Os empréstimos com garantias existentes em 31 de dezembro de 2016 são:

- Empréstimo no Millenniumbcp com o valor em dívida de 19 625 000 euros, o qual tem como garantia o penhor de 502.747 ações do Millenniumbcp e o penhor de 10.900.000 euros ações da Reditus Gestão;
- O empréstimo de 1.115.000 euros tem como garantia um penhor de 104.428 ações da Reditus SGPS e 100.000 ações da Reditus Gestão, com uma taxa de juro de 4,50%, que possui uma cláusula que permite ao banco solicitar o reembolso antecipado total ou parcial caso exista por parte dos acionistas Miguel Pais do Amaral, Fernando Manuel Cardoso Malheiro Fonseca Santos, António Maria Mello Silva César Menezes, José António Limão Costa Gatta transmissão de participações representativas do capital do grupo superiores a 5% dos detidos por cada um deles.

A parcela classificada como não corrente em 2016 e 2015 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2016	2015
	Capital	Capital
2017		863.683
2018	872.732	1.028.683
2019	751.112	893.683
2020	19.206.112	19.348.683
2021	105.149	237.016
2022	979.862	101.899
	<u>21.914.967</u>	<u>22.473.649</u>

15 Adiantamentos de Clientes, Adiantamento a Fornecedores e Outras Dividas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas “Adiantamentos de clientes”, “Adiantamentos a fornecedores” e “Outras dividas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Outras dividas a pagar		
Não corrente		
Fornecedores de investimentos	1.860	31.196
	<u>1.860</u>	<u>31.196</u>
Corrente		
Fornecedores de investimentos	31.942	35.320
Credores por acréscimos de gastos	379.964	256.236
Valores de pessoal	92.049	99.281
Outros credores	108.476	415.033
	<u>612.432</u>	<u>805.870</u>
	<u>614.292</u>	<u>837.066</u>

16 Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Não corrente				
Prestacionais		2.392.287		412.720
		<u>2.392.287</u>		<u>412.720</u>
Corrente:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta / pagamento especial por conta	78.688		78.688	
Estimativa de imposto	605.251		-	1.946.132
Retenção na Fonte	35.874	715	209.879	13.364
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				1.839.743
Imposto sobre o valor acrescentado	16.711	200.508	47.528	
Contribuições para a Segurança Social		647	309	949
Prestacional (misto)		504.140		43.677
	<u>736.525</u>	<u>706.010</u>	<u>336.404</u>	<u>3.843.865</u>

As taxas de juros dos prestacionais são de 4%.

As garantias prestadas pela Reditus SGPS para os planos, são ações de participadas avaliadas pela AT.

17 Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme segue:

	2016	2015
Prestação de serviços	812.242	880.032
Aumentos / reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos (Nota 21)	267.463	152.257
	<u>1.079.705</u>	<u>1.032.289</u>

As prestações de serviços dizem respeito a débitos de gastos de estrutura às restantes Empresas do Grupo.

18 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme segue:

	2016	2015
Trabalhos especializados	269.604	280.549
Rendas e alugueres	218.487	169.964
Outros	126.967	125.119
Seguros	38.622	50.206
Água, electricidade e combustíveis	19.925	22.739
Deslocações, estadas e transportes	15.385	26.352
Comunicação	12.139	20.309
Publicidade e propaganda	1.119	75
	<u>702.248</u>	<u>695.313</u>

19 Gastos Com o Pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	23.870	23.722
Encargos sobre remunerações	5.307	5.307
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	82	82
Outros	241	435
	<u>29.500</u>	<u>29.547</u>

A Reditus SGPS a 31 de dezembro de 2016 e 2015, possuía 1 trabalhador.

20 Amortizações e Depreciações

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Activos fixos tangíveis (Nota 5)	0	39.701
	<u>0</u>	<u>39.701</u>

21 Outros Rendimentos

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	180.815	147.669
Outros	86.648	4.588
	<u>267.463</u>	<u>152.257</u>

22 Outros Gastos

A decomposição da rubrica de “Outros gastos ” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme segue:

	2016	2015
Impostos	41.121	58.424
Correcções de exercicios anteriores	169.565	9.810
Gastos e perdas em ativos financeiros	91.743	44.520
Outros	2.865	3.644
	<u>305.294</u>	<u>116.398</u>

23 Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são conforme segue:

	2016		2015	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	650.900		1.191.979	
Locações financeiras	10.915		11.768	
Empréstimos obrigacionistas				
Mora e compensatórios	70.751		135.286	
Outros financiamentos	<u>1.273.119</u>	2.005.686	<u>1.339.033</u>	
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos				
Outros gastos de financiamento	11.391	<u>11.391</u>	7.693	<u>7.693</u>
		<u>2.017.077</u>		<u>1.346.725</u>

A taxa de juro média ponderada dos financiamentos bancários é de 2,97%.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é detalhado conforme segue:

	2016	2015
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Financiamentos concedidos a subsidiárias	156.422	156.422
	<u>156.422</u>	<u>-</u>

24 Partes Relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2016:

	Compras de inventários	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Proveitos Suplementares
Empresa-mãe									
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa									
Subsidiárias									
Associadas			232.905	1.273.119			412.332	156.422	177.431
Interesses em empreendimentos conjuntos									
Pessoal chave da gestão							9.189		
Outras partes relacionadas									
			<u>232.905</u>	<u>1.273.119</u>			<u>421.521</u>	<u>156.422</u>	<u>177.431</u>

2015:

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas de inventários	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
Empresa-mãe								
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa								
Subsidiárias			234.489	1.048.736			1.027.236	1.052.015
Associadas								
Interesses em empreendimentos conjuntos								
Pessoal chave da gestão							9.189	
Outras partes relacionadas								
			<u>234.489</u>	<u>1.048.736</u>			<u>1.036.424</u>	<u>1.052.015</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2016:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber liquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias							
Associadas	253.937			253.937	1.372.865		1.372.865
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão				9.189	3.309		3.309
Outras partes relacionadas							
	<u>263.126</u>			<u>263.126</u>	<u>1.376.174</u>		<u>1.376.174</u>

2015:

	Contas a receber correntes	Contas a receber não correntes	Ajustam. dívidas cob. duvidosa	Contas a receber líquidas	Contas a pagar correntes	Contas a pagar não correntes	Total contas a pagar
Empresa-mãe							
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa							
Subsidiárias	677.562			677.562	2.123.593		2.123.593
Associadas							
Interesses em empreendimentos conjuntos							
Pessoal chave da gestão							
Outras partes relacionadas	9.189			9.189	3.309		3.309
	<u>686.750</u>			<u>686.750</u>	<u>2.126.902</u>		<u>2.126.902</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa apresentava os seguintes empréstimos obtidos e concedidos a partes relacionadas:

2016:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias			-			-
Associadas	28.363.254			25.865.407		
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>28.363.254</u>			<u>25.865.407</u>		

2015:

	Empréstimos obtidos com garantia	Empréstimos obtidos sem garantia	Total de empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos com garantia	Empréstimos concedidos sem garantia	Total de empréstimos concedidos
Empresa-mãe						
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa						
Subsidiárias	36.246.327		36.246.327	43.909.030		43.909.030
Associadas						
Interesses em empreendimentos conjuntos						
Pessoal chave da gestão						
Outras partes relacionadas						
	<u>36.246.327</u>		<u>36.246.327</u>	<u>43.909.030</u>		<u>43.909.030</u>

25 Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 50.000 euros para a Empresa Reditus SGPS individual e contas consolidadas.

Dívidas em Mora

A Administração informa que a Empresa apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e dívidas em prestacionais, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de Novembro como se segue:

	2016	2015
IGFSS	231.816	352.623
Direcção Geral dos Impostos	2.862.147	1.525.505
	<u>3.093.963</u>	<u>1.878.127</u>

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Administração informa que a situação da Empresa perante o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, Direcção Geral da Autoridade Tributária têm em vigor na presente data, um acordo de pagamento prestacional.

À data de 31 de Dezembro de 2016, a Reditus SGPS tinha planos prestacionais ativos em sede Segurança Social e AT. As coimas associadas, não foram provisionadas porque a Administração considera que a sua aplicação não é provável.

Garantias

- Responsabilidade como Avalista da Reditus Business Solutions S.A., no montante de 9.609.440 euros.

26 Contingências

A Empresa foi notificada para proceder a correções em sede de IRC, com referência aos anos de 2004 a 2007, e uma liquidação adicional de IVA referente a 2009. Os montantes ascendem a um valor total aproximado de 2.800.000 euros:

(i) A liquidação de IRC referente a 2004 não envolve imposto a pagar, refletindo-se nas correções dos exercícios posteriores. A Empresa aguarda o desfecho da impugnação judicial que apresentou relativamente à liquidação referente a 2005, na parte em que não lhe foi dada razão em sede do recurso hierárquico. Os recursos hierárquicos que a Empresa apresentou relativamente às liquidações referentes aos exercícios de 2006 e 2007 foram parcialmente deferidos, sendo que a única questão que se mantém em relação a estes dois exercícios, prende-se com o reporte de prejuízos de exercícios anteriores, dependente do resultado da impugnação deduzida contra o IRC de 2005.

(ii) Relativamente à liquidação de IVA de 2009, a reclamação apresentada foi parcialmente deferida, tendo sido deduzido recurso hierárquico contra a parte indeferida.

É entendimento da Administração que esta situação não implica qualquer responsabilidade não refletida nas contas da Empresa.

27 Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código as Sociedades Comerciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

PARTE III – RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 94 570 357 euros e um total de capital próprio de 36 772 033 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7 880 518 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Na sequência da reestruturação do Grupo, a Reditus alienou, no final do exercício de 2016, a sua participada ROFF - Consultores Independentes, SA, conforme divulgado no Relatório de Gestão, situação que se encontra refletida na redução da rubrica “Participações Financeiras - Método da equivalência patrimonial” face ao exercício anterior. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMMVM sob o número 20161384.
A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.





Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Considerámos na auditoria a seguinte matéria relevante:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização das Participações Financeiras e validação dos empréstimos com as empresas subsidiárias	
<p>As participações financeiras detidas pela Reditus SGPS nas suas subsidiárias são valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, que se baseia nas demonstrações financeiras individuais dessas empresas, conforme explicado nas notas 3.4, 7 e 13 do Anexo às Demonstrações Financeiras.</p> <p>Por outro lado, os saldos de empréstimos concedidos e obtidos com empresas do Grupo são muito significativos.</p> <p>Ascendendo as participações financeiras a 61 029 867 euros e os empréstimos concedidos a cerca de 33 420 000 euros em 31 de dezembro de 2016 (63% e 34%, respetivamente do ativo da Reditus SGPS) e os empréstimos obtidos a cerca de 28 360 000 euros, representativos de 49% do Passivo, consideramos que estas áreas constituem matérias relevantes de auditoria.</p>	<p>Sendo a revisão legal das contas das subsidiárias da Reditus SGPS efetuada por outra sociedade de revisores oficiais de contas (ROC), efetuámos diversos procedimentos de auditoria, de acordo com a ISA 600 "Auditoria a Grupos", de entre os quais salientamos: (i) a emissão de um plano de auditoria do Grupo, incluindo instruções de trabalho para o desenvolvimento da auditoria ao Grupo; (ii) reuniões com o ROC das componentes no início e após a comunicação das matérias relevantes, tendo obtido esclarecimentos e consultado os seus papéis de trabalho para as matérias significativas; (iii) obtenção das certificações legais das contas emitidas pelo ROC, (iv) validação dos cálculos inerentes à aplicação do método da equivalência patrimonial; e (v) avaliação da razoabilidade das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria





- obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
 - (viii) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) Somos auditores da Empresa desde 2002, completando-se este ano o quinto mandato compreendido entre 2014 e 2016, para o qual fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de junho de 2014;
- (ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Empresa em 28 de abril de 2017;
- (iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Empresa durante a realização da auditoria; e
- (v) Informamos que não prestámos à Empresa quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 28 de abril de 2017



José Martinho Soares Barroso, em representação de
BDO & Associados - SROC
(Inscrita no Registo de Auditores da CMVM sob nº 20161384)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Reditus SGPS, SA vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2016, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da Reditus SGPS, SA, apresentados pelo Conselho de Administração.

Fiscalização da Sociedade

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em análise, dando cumprimento aos seus deveres legais de fiscalização, acompanhou a gestão da empresa e a evolução dos seus negócios.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua atividade, e no estrito cumprimento dos seus deveres legais, apreciou as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na elaboração da informação financeira, os quais considera adequados e acompanhou, ainda, o sistema de gestão de riscos e a eficácia do sistema de controlo interno, não tendo havido quaisquer constrangimentos ao exercício da sua atividade. O Conselho Fiscal recebeu sempre a colaboração solicitada por parte do Conselho de Administração, bem como dos responsáveis operacionais pelos serviços de contabilidade, de tesouraria e jurídicos.

O Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais incluem as demonstrações da posição financeira, a demonstração dos resultados, as demonstrações dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Além disso analisou, e concorda, com as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

Declaração de conformidade

Nos termos do artigo 245º do número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados e dos fluxos de caixa da Sociedade. Mais entendem que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade.

Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Reditus, SGPS, SA, possa aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2016.

Alfragide, 28 de abril de 2017

O Conselho Fiscal,

Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira – Presidente

Dr. José Maria Franco O'Neill – Vogal

Eng. Carlos Manuel Águas Garcia – Vogal

RELATÓRIO E CONTAS

PORTUGAL

SEDE

Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa

ESCRITÓRIOS CENTRAIS

Estrada do Seminário, 2
Edifício Reditus
2614-522 Alfragide

REDITUS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
Sociedade Aberta | Sede: Av. 5 de Outubro, 125, loja 2
1050-052 Lisboa
Capital Social: 73.193.455,00 Euros
Matriculada na C.R.C. de Lisboa com o número único de matrícula
de Pessoa Colectiva nº 500 400 997